



## DESPACHO nº 112/Presidente/2020

### **Alteração ao despacho nº 99/Presidente/2020 relativo ao regime de prestação e organização do trabalho, de 8 de junho**

De acordo com o artigo 4º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2020, de 26 de junho, publicada no Diário da República, 1ª Série, 26 de junho, o regime de teletrabalho deixou, a partir de 1 de julho de 2020, de ser obrigatório na situação dos trabalhadores com filhos ou outros dependentes a cargo menores de 12 anos de idade, sem prejuízo de poder vir a ser adotado nos termos do Código do Trabalho.

A obrigatoriedade de concessão deste regime passou a circunscrever-se apenas a duas situações, designadamente:

- I. Trabalhador que mediante certificação médica, se encontre abrangido pelo regime excecional de proteção de imunodeprimidos e doentes crónicos, nos termos do artigo 25ºA do Decreto-Lei nº 10-A/2020, de 13 de março na redação atual, que aprovou o regime excecional de proteção aos portadores de doenças crónicas e imunodeprimidos;
- II. Trabalhadores com grau de incapacidade igual ou superior a 60%;

Assim, determino o seguinte:

Os trabalhadores, cuja natureza das funções o permitam, mantêm-se em teletrabalho alternando este regime com a presença no local de trabalho, em média de dois dias por semana em escalas rotativas e horário contínuo e desfasado, excecionando-se os trabalhadores que desempenham atividades de docência e que se encontrem a desempenhar funções em ensino a distância.

Os trabalhadores que se enquadrem nas condições previstas nos pontos I e II do presente despacho, deverão elaborar um requerimento cuja minuta será disponibilizada e submetida na plataforma *Teams*, na equipa pública da DRH, na aplicação *Forms*, devendo este ser



acompanhado dos documentos comprovativos em como se encontram reunidos os requisitos com vista à atribuição do regime de teletrabalho integral obrigatório, nos seguintes termos:

- i. Declaração que refira **expressamente que se encontra abrangido pelo regime excecional de proteção de imunodeprimidos e doentes crónicos**, nos termos do artigo 25ºA do Decreto-Lei nº 10-A/2020, de 13 de março na redação atual, a qual deverá ser emitida por um médico do Serviço Nacional de Saúde, ou que, sendo privado, tenha acordo com um dos subsistemas de saúde dos trabalhadores da Administração Pública (ponto I do despacho);
- ii. Certificado multiusos que comprove ser portador de grau de incapacidade igual ou superior a 60% (ponto II do despacho);

Setúbal, 1 de julho de 2020

Pedro Dominginhos  
Presidente do IPS